



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

VANUSA RAMOS DE SOUSA

**A PRÁTICA DOCENTE E O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) OFERTADA NO SISTEMA
PRISIONAL: UMA EXPERIÊNCIA VIVÊNCIADA NA CADEIA PÚBLICA DE SÃO
JOÃO DO CARIRI-PB**

**CAMPINA GRANDE-PB
2021**

VANUSA RAMOS DE SOUSA

**A PRÁTICA DOCENTE E O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) OFERTADA NO SISTEMA
PRISIONAL: UMA EXPERIÊNCIA VIVÊNCIADA NA CADEIA PÚBLICA DE SÃO
JOÃO DO CARIRI-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia, modalidade a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para à obtenção do título de licenciada em Geografia.

Orientadora: Profa. Ma. Maria Marta dos Santos Buriti.

**CAMPINA GRANDE-PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725p Sousa, Vanusa Ramos de.

A prática docente e o ensino de geografia no contexto da educação de jovens e adultos (EJA) ofertada no sistema prisional [manuscrito] : uma experiência na cadeia pública de São João do Cariri-Pb / Vanusa Ramos de Sousa. - 2021.

30 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande , 2021.

"Orientação : Profa. Ma. Maria Marta dos Santos Buriti , Departamento de Geografia - CEDUC."

1. Ensino de geografia. 2. Prática docente. 3. Educação prisional. 4. EJA. I. Título

21. ed. CDD 372.891

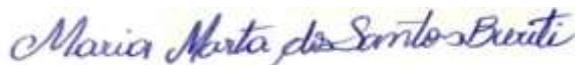
VANUSA RAMOS DE SOUSA

A PRÁTICA DOCENTE E O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) OFERTADA NO SISTEMA
PRISIONAL: UMA EXPERIÊNCIA VIVÊNCIADA NA CADEIA PÚBLICA DE SÃO
JOÃO DO CARIRI-PB

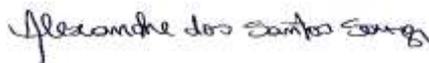
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Geografia, modalidade a
distância, da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial para à
obtenção do título de licenciada em
Geografia.

Aprovada em: 28/10/2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Maria Marta dos Santos Buriti (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Alexandre dos Santos Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Nathália Rocha Morais
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Dedico este trabalho com muita gratidão primeiramente a Deus, pelo o dom da vida, e pela a oportunidade que me concedeu de chegar até aqui, com muito esforço e dedicação. Aos meus filhos Gabrielle Ramos, Gian Ramos e Gabriel Ramos por serem minha inspiração, minha razão de viver. A minha mãe, Antônia Ramos de Sousa e ao meu pai Inácio Araújo de Sousa pelo apoio e incentivo, em especial meus avós maternos, Severino de Farias Souto e Maria Ramos de oliveira. A Professora Maria de Jesus (*in memoria*) que conduziu e incentivou minha educação formal. Dedico ainda à minha Professora e Orientadora Maria Marta santos Buriti pela sua postura impecável que manteve ao meu lado diante das adversidades que o tema apresentava, muito obrigada pela sua sabedoria, paciência e compreensão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	08
2.1 A prática docente e o ensino de Geografia.....	08
2.2 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: aspectos gerais.....	10
2.3 A educação nas prisões.....	12
2.3.1 A educação em prisões na Paraíba.....	14
3 METODOLOGIA.....	17
3.1 O espaço da pesquisa.....	18
4 RESULTADOS.....	20
4.1 A prática docente e o ensino de Geografia na Cadeia Pública de São João do Cariri-PB.....	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	25
APÊNDICE A- ATIVIDADE TRABALHADA.....	28

**A PRÁTICA DOCENTE E O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) OFERTADA NO SISTEMA
PRISIONAL: UMA EXPERIÊNCIA VIVÊNCIA NA CADEIA PÚBLICA DE SÃO
JOÃO DO CARIRI-PB**

**THE TEACHING PRACTICE AND THE TEACHING OF GEOGRAPHY IN
THE CONTEXT OF YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA) OFFERED IN THE
PRISON SYSTEM: AN EXPERIENCE EXPERIENCED IN THE PUBLIC CHAIN OF
SÃO JOÃO DO CARIRI-PB**

Vanusa Ramos de Sousa¹
Maria Marta dos Santos Buriti²

O acesso à educação no Brasil ainda é notadamente desigual, o que revela, entre outros aspectos, consequências de séculos de desigualdades sociais que acabaram enraizadas na base de uma sociedade que fez da educação de qualidade, ao invés de um direito de todos, um privilégio para poucos. Esse cenário é ainda mais cruel para a parcela mais pobre e marginalizada da população que sem acesso à educação ou com acesso precário, acaba sujeita a situações de vulnerabilidade social que se caracterizam, em muitos casos, pelo estreitamento dos laços entre a pobreza e a criminalidade. Neste contexto, é pertinente destacar a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) enquanto uma modalidade de ensino que busca possibilitar o acesso à educação para sujeitos que não puderam concluir a educação básica em idade regular. No sistema prisional brasileiro a importância da EJA, a modalidade que é ofertada, vai além e passa a se inserir no rol de estratégias voltado para a ressocialização dos detentos, uma vez que a formação escolar precedente dos presos é geralmente limitada a graus mais baixos, fato que dificulta o reingresso no mercado de trabalho após o cumprimento da pena. Diante desse quadro e da intenção de compreendê-lo melhor a partir de uma realidade concreta, neste trabalho buscamos analisar a prática docente e o ensino de Geografia na EJA no sistema prisional. Para isso, tomamos por base as experiências docente vivenciadas na Cadeia Pública do município de São João do Cariri-PB, onde desde março de 2021 leciona-se o Componente de Geografia na modalidade destacada. No caminho metodológico da pesquisa contamos com uma abordagem qualitativa em que fizemos uso de pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação. De acordo com os resultados alcançados, podemos afirmar que a prática docente na EJA no sistema prisional é um exercício que, ao contrário do que muitas vezes é julgado pela sociedade, lega ao professor inúmeras experiências positivas pautadas na reflexão acerca dos desafios e das possibilidades postas para a construção do conhecimento. O ensino de Geografia, neste cenário, torna-se um importante instrumento de formação social para a população privada de liberdade. Há problemas estruturais na educação prisional, como a falta de espaços adequados para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem e estes problemas precisam de soluções também estruturais. Ainda assim, é possível, no âmbito da

¹ Licencianda em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: vanusaramos2018@hotmail.com

² Professora Substituta no Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. Mestre e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: martaburiti@geo@gmail.com

prática docente, adotar estratégias que possam tornar o ensino mais significativo para os sujeitos envolvidos na aprendizagem.

Palavras-chaves: Prática docente. Ensino de Geografia. Educação de Jovens e Adultos. Educação Prisional.

ABSTRACT

Access to education in Brazil is still remarkably unequal, which reveals, among other things, the consequences of centuries of social inequalities that ended up rooted in the base of a society that made quality education, rather than a right for all, a privilege for few. This scenario is even more cruel for the poorest and most marginalized part of the population who lack access to education or with precarious access, end up subject to situations of social vulnerability that are characterized, in many cases, by the strengthening of the links between poverty and crime. In this context, it is pertinent to highlight the importance of Youth and Adult Education (EJA) as a teaching modality that seeks to provide access to education for subjects who could not complete basic education at regular age. In the Brazilian prison system, the importance of EJA, the modality that is offered, goes beyond and becomes part of the list of strategies aimed at the re-socialization of inmates, since the previous school education of prisoners is generally limited to lower grades, a fact that makes it difficult to re-enter the labor market after serving the sentence. Given this framework and the intention to better understand it from a concrete reality, in this work we seek to analyze the teaching practice and teaching of Geography in EJA in the prison system. For this, we took as a basis the teaching experiences lived in the Public Jail of the city of São João do Cariri-PB, where since March 2021 the Geography Component has been taught in the highlighted modality. In the methodological path of the research we have a qualitative approach in which we made use of bibliographic research and action research. According to the results achieved, we can state that the teaching practice in EJA in the prison system is an exercise that, contrary to what is often judged by society, bequeaths to the teacher numerous positive experiences based on reflection on the challenges and possibilities posed for the construction of knowledge. The teaching of Geography, in this scenario, becomes an important tool for social education for the population deprived of liberty. There are structural problems in prison education, such as the lack of adequate spaces to carry out the teaching-learning process, and these problems also need structural solutions. Even so, it is possible, within the scope of teaching practice, to adopt strategies that can make teaching more meaningful for the subjects involved in learning.

Keywords: Teaching Practice. Geography Teaching. Youth and Adult Education. Prison Education.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à educação no Brasil tem sido historicamente desafiador, revelando problemas diversos, entre os quais, as desigualdades sociais que estão enraizadas na base da sociedade brasileira. Neste cenário, a exclusão escolar é cada vez mais comum e se manifesta de muitas formas, desde aquela caracterizada pelo sujeito que nem chega a ter acesso à escola, até aquela em que tem-se o acesso à escola mas as dificuldades de permanecer levam a evasão.

Resolver este quadro não tem sido, necessariamente, uma prioridade dos governantes ao longo do tempo, de modo que a forma como o problema evoluiu e se configura atualmente o torna ainda mais complexo, exigindo muito mais do que simples ações pontuais na educação. É necessário e urgente a adoção de reformas amplas e estruturais que possam surtir efeito no quadro de desigualdades que se perpetua.

Não há como vislumbrar uma sociedade mais igualitária e justa sem antes requerer uma transformação qualitativa na educação pública, para que esta seja acessível e ofertada com qualidade. Sabe-se que as diferenças econômicas e sociais têm relação direta com os níveis de escolarização, o que nitidamente garante mais oportunidades para as pessoas que têm acesso à educação em seus níveis mais elevados. Por outro lado, como consequência, a exclusão escolar contribui significativamente para a vulnerabilidade social, estreitando inclusive a relação entre pobreza e criminalidade.

É partindo destas reflexões que priorizamos neste trabalho uma discussão acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertada no sistema prisional. Desta forma, entre as reflexões construídas, não deixamos de abordar o papel da educação e mais especificamente da EJA e do ensino de Geografia na inclusão das pessoas privadas de liberdade. Assim, levando em conta a experiência docente vivenciada na Cadeia Pública do município de São João do Cariri-PB, o objetivo que norteou a realização deste trabalho consistiu em analisar a prática docente e o ensino de Geografia na EJA no sistema prisional.

A atuação docente na referida unidade prisional ocorre desde março de 2021, onde vem sendo construída uma prática junto a detentos matriculados em turmas da EJA, tanto em ciclos equivalentes ao ensino fundamental II (Ciclo III e Ciclo IV), como em ciclos equivalentes ao ensino médio (Ciclo V e Ciclo VI). Com relação a

metodologia utilizada para a realização do trabalho, contamos como uma abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos adotados, fizemos uso da pesquisa bibliográfica e da pesquisa-ação desenvolvida no âmbito da prática docente.

O interesse pela pesquisa partiu das reflexões realizadas no contexto da própria prática docente no ensino de Geografia na unidade prisional, em que sentiu-se a necessidade de analisar a realidade vivenciada destacando o papel da EJA no educação prisional a partir da prática docente e do ensino de Geografia. Acreditamos que o trabalho é relevante, uma vez dá destaque a um contexto educacional pouco discutido, que é a realidade do ensino nas prisões, e a configuração do ensino de Geografia neste cenário.

Com base nos resultados obtidos, podemos afirmar que a prática docente na EJA no sistema prisional é um exercício que, ao contrário do que é muitas vezes julgado pela sociedade, lega ao professor inúmeras experiências positivas pautados sobre a mediação de desafios e possibilidades que emergem para a construção do conhecimento junto aos detentos. O ensino de Geografia, neste cenário, torna-se um importante instrumento de formação social para a população privada de liberdade. Há muitos desafios postos pelos problemas estruturais que caracterizam o sistema prisional brasileiro, isso é fato e implica na construção do processo de ensino-aprendizagem, requerendo soluções estruturais por parte dos agentes responsáveis. Contudo, é possível, no âmbito da construção da prática docente adotar estratégias que podem tornar o ensino mais significativo, aspecto que não deve ser visto como fator de responsabilização do professor pelas soluções para problemas que não compete a ele resolver, mas que reforça a importância do professor como um sujeito sempre preocupado com a educação e com a sua ressignificação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A prática docente e o ensino de Geografia

A prática do professor é uma construção que envolve muitos fatores, entre eles aqueles relacionados com a formação docente e aqueles existentes na realidade escolar. Neste sentido, é necessário ter em mente que a prática docente é algo que está em constante transformação, se aprimorando na medida em que vai sendo

reelaborada de acordo com os diferentes contextos escolares e as demandas que deles emergem para a formação escolar e social dos alunos.

Para Copatti (2015, p. 5) “no exercício da prática educativa encontramos uma série de desafios que exigem uma profunda reflexão em torno da importância da educação para a formação humana e em torno do processo de ensinar e aprender”. Desta forma, a construção de um processo de ensino-aprendizagem em Geografia que seja significativo exige uma prática docente dinâmica. Para isso, é fundamental que o ensino de Geografia seja pautado em inovação e em apoio pedagógico. Conforme Copatti (2015, p. 5):

Pensar uma adequada formação dos educandos demanda pensar sobre o papel do educador no desenvolvimento da aprendizagem e no desenvolvimento da criatividade. O professor tem por compromisso o desenvolvimento de suas atividades considerando uma grande diversidade de atores sociais e de necessidades no ambiente escolar, sendo assim, precisa considerar o desenvolvimento das potencialidades dos seus educandos, vislumbrando uma aprendizagem significativa.

Assim, é necessário compreender o papel do ensino de Geografia na formação de cidadãos conscientes e ativos na sociedade. Segundo Straforini (2018), o ensino de Geografia na escola é capaz de possibilitar leituras reflexivas e críticas do mundo, ou ainda, capaz de formar o cidadão crítico-transformador, uma vez que a Geografia se coloca como aquela que vai desvendar a realidade. Para que a Geografia tenha esse efeito na formação escolar dos alunos, no entanto, é importante que a construção dos conhecimentos geográficos seja amparada por uma prática docente bem planejada e fundamentada teoricamente. Para Franco (2016, p. 536), essa prática, “em seu sentido de *práxis*, configura-se sempre como uma ação consciente e participativa, que emerge da multidimensionalidade que cerca o ato educativo”.

É muito comum nos cursos de licenciatura plena haver um distanciamento entre a teoria e prática, e este aspecto da formação docente muitas vezes se faz presente também no âmbito da prática. Contudo, é preciso salientar que a formação completa e eficiente do professor precisa contar com a devida relação entre a teoria e prática (PIMENTE; LIMA, 2006), pois só com a união de ambas é possível se preparar bem para exercer a docência e saber lidar com todos os seus desafios.

Segundo Almeida, Casagrande e Gomes (2014, p.01):

A teoria e prática conduzem para um caminho onde não é possível desvincular uma da outra, procurando fazer existir um elo que ligue-as no sentido de conduzir para a construção do conhecimento e na aplicação deste conhecimento, partindo do entendimento que teoria e prática podem ser definidas como práxis no momento em que ambas significam o ideal e o material, como condição essencialmente humana.

Desse modo, a prática docente e o ensino de Geografia caminham juntos na formação de alunos críticos e conscientes. Uma boa prática docente se constrói na formação na academia e na vivência na escola, onde as aprendizagens docentes vão sendo realinhadas conforme a realidade que se apresenta ao professor e de acordo com as formações continuadas. Assim, o ensino de Geografia para ser significativo deve contar com uma prática docente dinâmica.

2.2 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: aspectos gerais

A educação de Jovens e Adultos (EJA) possui dentro do seu foco maior, que é permitir a formação escolar de sujeitos que não puderam frequentar a escola ou nela permanecer em idade regular, uma série de abrangências que vão desde a preparação para o mercado de trabalho, até a formação cidadã e política. Dessa forma, trata-se de uma modalidade muito importante que detém um papel que vai além do sentido imediato de permitir a conclusão dos estudos escolares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.394/96, em seu Artigo 37, determina que: “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996).

De acordo com Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 58):

A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. Além disso, mesmo quando se focalizam os processos de escolarização de jovens e adultos, o cânone da escola regular, com seus tempos e espaços rigidamente delimitados, imediatamente se apresenta como problemático. Trata-se, de fato, de um campo pedagógico fronteiriço, que bem poderia ser aproveitado como terreno fértil para a inovação prática e teórica.

Isso quer dizer, entre outras coisas, que a EJA vai além da simples oferta de educação para quem não teve acesso à escola em idade regular. Ela consiste em uma ferramenta importante para romper as desigualdades inserindo jovens e adultos na escola e na sociedade com mais dignidade e igualdade de oportunidades. Para isso, é indispensável que esta modalidade, como apontam Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), deixe de ser vista de forma marginalizada e compensatória e passe a receber cada vez mais atenção, investimentos, tornando-se alvo de inovações diversas, inclusive curriculares e pedagógicas.

De acordo com Sampaio (2009), como reflexo de uma história de contradições e desigualdades sociais no Brasil no que se refere a EJA, “até hoje ainda sobressai sua função supletiva compensatória (educação para pessoas que não tiveram o direito à escola antes da vida adulta) praticada por boa parte das instituições” (SAMPAIO, 2009, p. 17). Essa visão contribuiu para que a EJA seja vista e desenvolvida como modalidade reparadora e não com a função de permitir o acesso a aprendizagens significativas, capazes de transformar de fato a vida dos sujeitos.

O ensino de jovens e adultos no Brasil é algo que já vem sendo identificado desde o período colonial. Segundo Strelhow (2010, p. 51):

Se olharmos para a educação brasileira, desde o período colonial, poderemos perceber que ela tinha um cunho específico direcionado às crianças, mas indígenas adultos foram também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional. A Companhia Missionária de Jesus, tinha a função básica de catequizar (iniciação à fé) e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira. Com a saída dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação de adultos entra em colapso e fica sob a responsabilidade do Império a organização e emprego da educação. A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas.

Desta forma, observa-se que a educação voltada para jovens e adultos é algo que aparece na história do Brasil há bastante tempo, começando com a alfabetização indígena e depois se fazendo necessária diante da exclusão escolar de boa parte da população. Desde o período colonial, muitos projetos e planos foram implantados, no entanto:

[...] o nível de organização desses planos é surpreendentemente atabalhado. Criava-se projetos e mais projetos e sem ter, muitas vezes, o tempo necessário para surtir efeito, eram desmantelados ou trocados por outros projetos. Mas o que temos que destacar também, com bastante ênfase, que o movimento de políticas públicas propostas

pelos governos no decorrer dos anos, aconteceram por causa de muita pressão tanto internacional, com os órgãos internacionais como UNESCO e ONU, tanto quanto nacional com os movimentos populares. Não são poucos os movimentos, campanhas, projetos, programas que surgiram a partir de um esforço de algum movimento de base, que além de ensinar os códigos de linguagem procuravam tornar significativo a existência do indivíduo na sociedade através do empoderamento através do conhecimento (STRELHOW, 2010, p. 57).

Do ponto de vista da legislação, a educação de jovens e adultos ganha mais destaque sobretudo a partir da década de 1971, quando aparece na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692) promulgada em 1971. De acordo com Oliveira (2007), foi a primeira vez na história das legislações educacionais em que um capítulo foi destinado à EJA, então chamada de ensino supletivo. De acordo com Paiva (1987) apud Oliveira (2007, p. 245) “nos idos de 1974, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) propôs a implantação de Centros de Estudos Supletivos (CES) como a solução mais viável para essa modalidade de ensino [...]”.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as diretrizes para a EJA, na lei atual, “o sentido da EJA assume a condição de uma educação que qualifica, ao invés de suprir, desaparecendo com isso a noção de supletivo [...] a atual LDB portanto, passa a denominar “educação de jovens e adultos”, o que a lei anterior chamava de “ensino supletivo” (OLIVEIRA, 2007, p. 247).

Diante do que podemos observar acerca destes aspectos gerais sobre a EJA, fica claro que há um desafio em tornar essa modalidade uma estratégia para levar à formação significativa dos sujeitos. Contudo, é necessário e urgente que a EJA não compareça apenas como uma modalidade compensatória que visa reparar uma lacuna deixada por uma sociedade desigual e por uma educação escolar historicamente excludente para uma grande parcela da população.

2.3 A educação nas prisões

A educação é um direito que deve ser assegurado aos cidadãos brasileiros, inclusive aqueles privados de liberdade. De uma forma geral, na prática, a garantia desse direito nem sempre é assegurada ou quando é, por vezes, a qualidade é questionada diante de tantas contradições, sendo isso ainda mais notório quando se trata de alguns contextos específicos, a exemplo da educação em prisões.

Nas palavras de Ireland (2011), pensar a educação em prisões é algo que remonta a contradições. Neste sentido, segundo o autor, o processo educativo nas prisões deve ser compreendido mediante seus contextos e limites, mas não deve ser reduzido a escolarização, de modo que, como qualquer outro processo de ensino-aprendizagem deve ser pautado nas necessidades e nos interesses dos sujeitos envolvidos. Isso ressalta a importância de que a educação em prisões seja contextualizada, isto é, desenvolvida de acordo com as finalidades, propósitos, dificuldades e possibilidades existentes no contexto onde se realiza. Esse deve ser o caminho seguido na educação, independentemente de onde a educação é construída, se em uma unidade prisional ou em uma escola.

Na leitura de Xavier, Laurindo e Fialho (2018), é importante que em uma sociedade como a brasileira em que a criminalidade cresce aceleradamente, atrelada as políticas de combate à violência sejam adotados meios de cumprimento de penas que não sejam apenas punitivas, mas que permitam a reestruturação psicológica, a reorganização da rotina da vida e a adoção de condutas harmônicas às normativas legais da sociedade. Nesta direção a educação é, sem dúvidas, fundamental, pois comparece como uma estratégia para a ressocialização das pessoas privadas de liberdade.

De acordo com Oliveira (2013), a educação em prisões no plano nacional normativo é assegurada por documentos gerais, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e documentos específicos. Desta forma, a autora destaca que:

A LDB regulamenta o previsto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208, inciso I, segundo a qual todos os cidadãos e cidadãs têm o direito ao Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria. [...] a Lei de Execução Penal (LEP), nº 7.210 de 1984, prevê a educação escolar no sistema prisional nos artigos 17 a 21. Por exemplo, o artigo 17 estabelece que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso. O artigo 18 determina que o ensino de primeiro grau (ensino fundamental) é obrigatório e integrado ao sistema escolar da unidade federativa. O artigo 21 estabelece a exigência de implantação de uma biblioteca por unidade prisional, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos (OLIVEIRA, 2013, p. 958).

Dessa forma, há deliberações nacionais que devem ser alinhadas as necessidades locais. De acordo com Oliveira (2011), é preciso considerar que os

documentos que trazem à tona as diretrizes nacionais para a educação escolar nas prisões são recentes, o que aponta para fragilidades quanto a sua efetivação prática. Além disso, ainda segundo a autora, são diretrizes com aspectos gerais que se colocam como uma espécie de norte para futuras articulações entre instituições, deixando ainda a desejar a efetivação de documentos que levem em conta a realidade específica de cada unidade prisional.

No Brasil, a educação em prisões é ofertada através da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA). A implementação da EJA nas prisões é apoiada pelo Ministério da Educação (MEC), que busca desenvolver ações como: elaboração dos Planos Estaduais de Educação nas prisões; oferta de formação continuada para Diretores de estabelecimentos penais, Agentes Penitenciários e Professores; e, aquisição de acervo bibliográfico (BRASL, 2021).

Este apoio do MEC não diminui os desafios. Conforme destacam Soares e Viana (2016) apud Xavier, Laurindo e Fialho (2018) a educação ofertada em prisões enfrenta muitas adversidades, a exemplo da falta de estrutura nos estabelecimentos prisionais, da quantidade insuficiente de recursos pedagógicos, o currículo formal e a dificuldade de encontrar profissionais capacitados para atuarem no contexto em questão.

Desta forma, o que se percebe é que embora extremamente importante no âmbito da ressocialização, a educação em prisões ainda tem uma legislação recente e pouco analisada no que se refere a sua efetivação prática. Conforme apontam Teles e Duarte (2009) citados por Xavier, Laurindo e Fialho (2018), faltam ainda informações precisas sobre a política de educação nos presídios, além de mecanismos que avaliem a educação nestes ambientes. Neste cenário, a educação em prisões segue modelos adaptados da educação regular que não conseguem ser efetivos diante da realidade prisional.

No contexto paraibano, a educação nas prisões acontece em parceria com as escolas da rede estadual que ofertam a EJA nas prisões como um “anexo” da educação escolar desenvolvidas nas escolas em si.

2.3.1 A educação em prisões na Paraíba

As ações educacionais em prisões já são desenvolvidas há vinte anos na Paraíba a partir da articulações de diversas secretarias. Neste contexto:

Eram ações isoladas e não institucionalizadas na penitenciária do Roger, inicialmente organizada como Ensino Supletivo Especial. As atividades se resumiam a preparação para os exames Supletivos. Com objetivo de melhorar o comportamento dos estudantes, a equipe de educadores desenvolviam também atividades pedagógicas de projetos de apoio psicológico através de dinâmicas de grupos e relações humanas, técnicas psicoterápicas de atendimento individual e em grupo; relaxamento e musicoterapia com professores de Educação Artística que exploravam a parte corporal e intelectual dos alunos, estimulando a capacidade artística com leitura de textos e montagens de peças teatrais. E os professores de Educação Física desenvolviam trabalhos na área de esporte com as modalidades: Aeróbica, futebol de campo, voleibol e atletismo (PARAÍBA, 2015, p. 18-19).

Essas ações fragmentadas começaram a se organizar institucionalmente após a realização do I Encontro Estadual de Educação em Prisões, em 2011, dentro do marco da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Estado da Paraíba e da discussão em torno da implementação das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais (PARAÍBA, 2015). Após esse encontro, já em 2012, a educação em prisões como conhecemos hoje começou a ser estruturada na Paraíba, passando a ocorrer a implantação de aulas no ensino de alfabetização, fundamental e médio nas unidades prisionais. Além disso, passaram a ocorrer também “a realização dos Exames de certificação, ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) e ENCCEJA, Supletivo, assegurando aos privados de liberdade a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos” (PARAÍBA, 2015, p. 19).

De acordo com o Plano Estadual de Educação nas Prisões (2015)³, na Paraíba, as cadeias públicas e as penitenciárias são os estabelecimentos prisionais com a maior oferta de educação. No estado da Paraíba, a educação em prisões, ofertada através da EJA, tem como objetivo atender às especificidades dos diferentes níveis da educação, “sendo extensivas as seguintes condições: regimes: semiaberto, aberto, provisório, sentenciados do sistema prisional e àqueles/as que cumprem medidas de segurança” (PARAÍBA, 2021, p. 44). Trata-se de uma educação ofertada em parceria com as escolas, que são responsáveis pelas matrículas dos detentos e pela certificação dos mesmos.

³ O Plano atual com vigência para 2020-2024 ainda está em fase de conclusão.

Neste contexto, segundo as Diretrizes Educacionais para a rede estadual de ensino, ano de 2021, no que se refere a educação em prisões:

Cada professor/a deve elaborar e desenvolver o seu projeto pedagógico para fins de complementação de carga horária prevista para os estudos complementares; a unidade de ensino correspondente é responsável por encaminhar às unidades prisionais todo material didático, como também fardamento, alimentação escolar, entre outros; o número de estudantes em sala de aula dependerá das regras de cada unidade prisional, em consonância com as determinações estabelecidas pela SEECT; a frequência escolar da pessoa privada de liberdade deverá ser registrada diariamente no sistema Saber seguindo o protocolo de conferência diária: identificar com a direção de cada unidade prisional a situação do/a estudante no seu prontuário de regime penal, transferência de uma unidade para outra; sentenciado/a para o regime semi-aberto, do semi-aberto para o aberto, do aberto para o regime condicional (PARAÍBA, 2021, p. 45).

Assim, pelo o que estabelece as Diretrizes Educacionais estaduais para o ano de 2021, a educação em prisões é articulada com as Gerências Regionais de ensino, devendo ser efetivada com o apoio das escolas da rede que atuam ofertando o ensino nas unidades prisionais. Assim:

A Coordenação Estadual de Educação em Prisões, no âmbito da GEEJA/SEECT, e articulada com as Regionais de Ensino - GRE, levará em consideração o contexto de cada município e suas especificidades da educação em espaços de privação de liberdade. Visa-se, também, a promoção da educação profissional por meio de novas estratégias de educação continuada, em instituições especializadas, com o uso de metodologias e tecnologias educacionais inovadoras, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.394/96 – LDB (PARAÍBA, 2021, p. 45).

Quanto aos conteúdos, estes devem levar em conta as matrizes curriculares da EJA em cada um dos seus segmentos que devem ser adaptados considerando as necessidades da educação em prisões. Além disso, as Diretrizes Operacionais da rede estadual estabelecem que devem ser desenvolvidos projetos pedagógicos com temáticas relevantes e metodologia dinâmica, associados aos estudos complementares que podem se relacionar ao campo da cultura, esporte, inclusão digital, fomento à leitura e educação profissional (PARAÍBA, 2021).

No que se refere a remissão da pena, a participação nas aulas também é considerada:

A remissão da pena pelo estudo é assegurada na lei nº 12.433/11, e tem sido concedida, no Estado da Paraíba, baseada nos registros de

participação nas aulas, conforme apontamentos feitos nos diários de classe (físico e online) e no acompanhamento do/a estudante. As declarações de participação nas aulas são emitidas pela gestão da unidade educacional, responsável pela matrícula dos/as educandos/as, com base no nível de conhecimento apresentado por eles/as e nos registros dos/as professores/as que desenvolvem as atividades com os/as mesmos/as. Cabe salientar que os/as docentes mantêm os referidos registros atualizados e anuência do Gestor da Unidade Prisional (PARAÍBA, 2021, p. 46).

Essa possibilidade de remissão da pena torna a educação em prisões algo atrativo para os detentos. Contudo, para isso é preciso ter aproveitamento satisfatório e participar de fato das atividades. Conforme as Diretrizes Operacionais “o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do Ensino Fundamental, Médio ou Superior, durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação” (PARAÍBA, 2021, p. 46).

De toda forma, a educação em prisões, mais do que um dever do Estado junto a estes sujeitos privados de liberdade e uma forma para eles reduzirem suas penas, deve comparecer como uma ferramenta eficiente que permita uma formação social e cidadã colaborativa para que o indivíduo privado de liberdade possa ser inserido e ressocializado dentro do contexto social.

3 METODOLOGIA

Toda pesquisa precisa ser estruturada a partir de um caminho metodológico que torne viável a investigação e a chegada até os resultados. Na busca por analisar a prática docente e o ensino de Geografia na EJA no sistema prisional, partimos de uma pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (2001, p. 21) este tipo de pesquisa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Seguindo a abordagem qualitativa, foram desenvolvidas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa-ação. A pesquisa bibliográfica consiste em um procedimento que parte “do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (FONSECA, 2002, p. 32). Nesta busca por teoria, foram pesquisados

textos sobre o ensino de Geografia, sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sobre a educação prisional. Na pesquisa documental, tivemos a oportunidade de analisar as Diretrizes Operacionais da Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba, ano 2021.

Na pesquisa-ação, que se desenvolveu no curso da prática docente realizada no *lócus* do estudo, foi possível desenvolver as ações e acompanhar os seus resultados, em uma análise contínua. Para Kemmis e Mc Taggart (1988, p.83):

Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem.

Dessa forma, a pesquisa-ação como metodologia desenvolvida na prática docente consiste em uma oportunidade para refletir sobre o contexto que se está inserido. As reflexões aqui apresentadas levam em conta a prática docente desenvolvida durante este ano de 2021, na Cadeia Pública do município de São João do Cariri.

3.1 O espaço da pesquisa

A unidade prisional onde se analisa a prática docente e a construção do ensino de Geografia se localiza no município paraibano de São João do Cariri. O município (mapa 1) se localiza na Região Geográfica Intermediária e Imediata de Campina Grande-PB. A população estimada em 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 4.170 habitantes.

Mapa 1- Localização Geográfica do município de São João do Cariri-PB



Fonte: MONTEIRO et. al (2017).

No estado da Paraíba o sistema penitenciário é dividido em três regiões integradas de segurança pública, a saber: 1ª Zona da Mata, 2ª Agreste e Borborema e 3ª Sertão. A Cadeia Pública de São João do Cariri (Figura 1) se insere na 2ª região integrada, a do Agreste e Borborema. De acordo com Secretária de Administração Penitenciária da Paraíba (Dados correspondentes ao mês de setembro de 2021) a Cadeia Pública de São João do Cariri possui sua população carcerária composta por 29 detentos em regimes diferentes- aberto (2); fechado-provisório (8); fechado-sentenciados (13); e, semiaberto (6) – todos do sexo masculino.

Figura 1- Cadeia Pública de São João do Cariri-PB



Fonte: Acervo da autora (2021).

4 RESULTADOS

4.1 A prática docente e o ensino de Geografia na Cadeia Pública de São João do Cariri-PB

A construção da prática docente é sempre algo desafiador e tende a ser muito mais a depender do contexto onde ocorre e das condições que este contexto oferece para o trabalho do professor e, conseqüentemente, para a aprendizagem dos alunos. Na educação prisional, que é ofertada através da EJA, os desafios também se fazem presentes, sobretudo quando se leva em conta que esta não deve se configurar como uma educação meramente compensatória a ser oferecida de qualquer jeito para pessoas privadas de liberdade. A educação prisional é fundamental para a ressocialização dos detentos, e para isso deve ser ofertada com planejamento e investimentos, porque é desta forma que poderá ser efetiva.

A construção da prática docente na Cadeia Pública de São João do Cariri ocorre subsidiada pelo planejamento pedagógico desenvolvido junto a equipe pedagógica da EEEF Severino Medeiros Ramos e da ECI Jornalista José Ramos, que pertencem a rede estadual de ensino da Paraíba e no município de São João do Cariri são responsáveis por ofertar a EJA na unidade prisional. A EEEF Severino Medeiros Ramos oferta os ciclos correspondentes ao ensino fundamental II e a ECI Jornalista José Ramos oferta os ciclos correspondentes ao ensino médio.

Os resultados e reflexões que apresentamos aqui decorre da experiência docente vivenciada e analisada no curso da pesquisa-ação nas turmas dos ciclos da EJA do ensino fundamental dois, especificamente o ciclo III (equivalente ao sexto e sétimo anos) e o ciclo IV (equivalente ao oitavo e nono anos); e, dos ciclos da EJA do ensino médio, ou seja, o ciclo V (equivalente ao primeiro e segundo anos) e o ciclo VI (equivalente ao terceiro ano do ensino médio). A experiência vivenciada e aqui discutida tem como base o corrente ano.

O ano letivo de 2021, como sabemos, é palco de um cenário adverso marcado pela pandemia da Covid-19, que desde o ano de 2020 tem resultado na implementação do ensino remoto. No sistema prisional, como os apenados não têm acesso as plataformas digitais para acesso a aulas por videoconferência ou outras formas via *internet*, durante esse período de pandemia e medidas sanitárias as aulas têm acontecido através da disponibilização de materiais impressos, os quais são

entregues na unidade prisional uma vez por semana e depois recolhidos para correção das atividades. A cada semana um professor da turma em que os detentos estão matriculados fica responsável por entregar as atividades de todos os componentes e por fazer uma explanação geral sobre as atividades. Segue-se um sistema de rodízio, a cada semana um professor diferente vai até a unidade prisional. Essa foi a estratégia encontrada para que pudessem ser respeitadas as normas sanitárias de controle da transmissão da Covid-19.

Os conteúdos e atividades trabalhadas seguem as orientações e eixos temáticos sugeridos pela Secretária de Educação do Estado da Paraíba. Desta forma, cada componente, a exemplo do Componente de Geografia, aborda conteúdos da grade curricular da EJA e trabalha temas gerais disponibilizados pela Secretária Estadual de Educação.

Figura 2- Dia de ir deixar as atividades de Geografia na unidade prisional



Fonte: Acervo da autora (2021).

Figura 3- Entrega de atividades impressas na unidade prisional



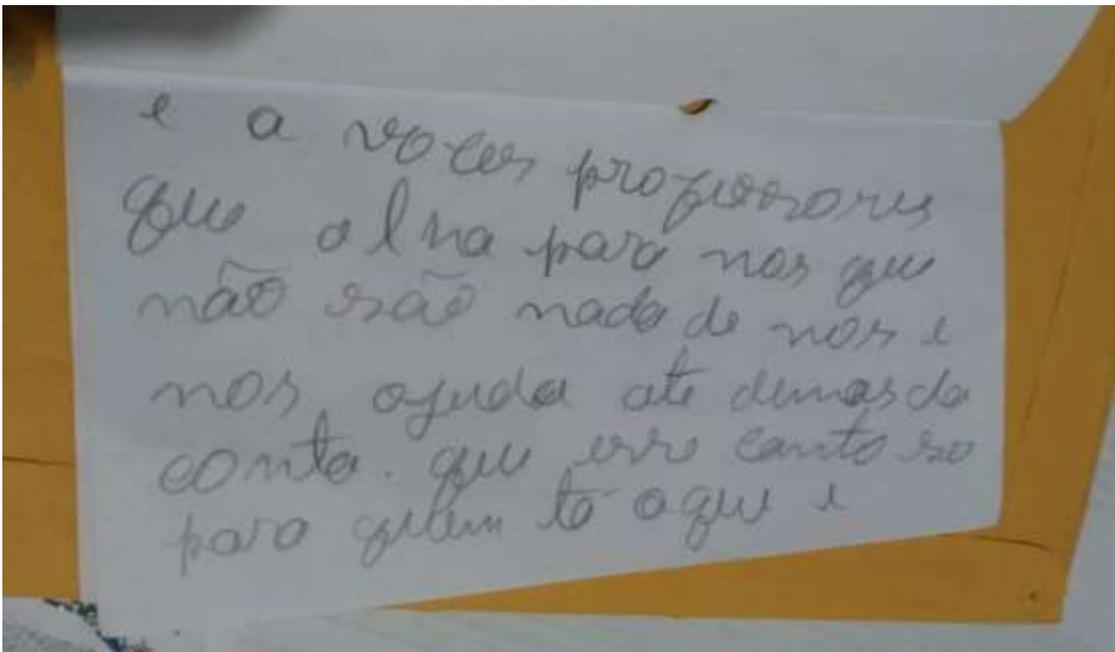
Fonte: Acervo da autora (2021).

A construção da prática docente na unidade prisional enfrenta desafios, que vão desde questões pedagógicas até questões de infraestrutura. Um destes desafios de natureza pedagógica tem a ver justamente com os conteúdos trabalhados. A educação precisa ser um processo contextualizado, mas a falta de uma organização curricular que leve em conta as especificidades da EJA e da EJA na educação prisional que em si é um cenário permeado de especificidades. Desta forma, a construção do processo de ensino-aprendizagem em Geografia acaba seguindo conteúdos do ensino regular, pois até mesmo para a EJA na escola há dificuldade de acesso a materiais específicos. Não existe a disposição dos professores e dos alunos materiais didáticos adaptados, cabendo somente ao professor criar formas alternativas para aproximar os conteúdos e os materiais da realidade da EJA na educação prisional.

Nesta direção, uma estratégia encontrada para tornar o ensino de Geografia mais significativo foi buscar intercalar aos conteúdos específicos deste componente a discussão de temas relevantes diante do contexto, a exemplo do tema saúde mental em tempos de pandemia (Apêndice A), tema abordado durante o mês de setembro. Com essa discussão, foi possível trabalhar junto com os sujeitos privados de liberdade questões emocionais vistas do ponto de análise das ciências sociais. Foi uma forma de estabelecer o diálogo com os apenados e dá voz as suas expressões e falas através das atividades realizadas.

No ensino de Geografia na unidade prisional, a prática docente tem sido mediada com base em uma metodologia que permita a valorização do sujeito aprendiz. Desta forma, nos contatos presenciais na Cadeia Pública, a interação é sempre pautada na necessidade de colocar estes sujeitos no centro do processo de aprendizagem. Essa perspectiva metodológica voltada para a inclusão dos detentos no processo educativo é vista por eles como algo positivo, e notamos ser importante do ponto de vista do fortalecimento da autoestima destes sujeitos.

Figura 4- Mensagem de aluno da Unidade Prisional na atividade



Fonte: Acervo da autora (2021).

Outro desafio presente na prática docente na unidade prisional é a falta de um espaço apropriado para as aulas. O contato com os alunos na Cadeia Pública é feito em um espaço improvisado no corredor da penitenciária, ficando os apenados nas selas e o professor no corredor usando um quadro fixado no próprio corredor. Como destaca Cacicedo (2016, p. 132) “as celas das prisões brasileiras são os locais mais inadequados que podem existir para uma atividade de leitura e estudo, uma vez que a superlotação e a conseqüente falta de espaço, iluminação e salubridade como um todo tornam tais atividades inviáveis”. Com esse aspecto que se generaliza nas unidades prisionais brasileiras, torna-se difícil construir aprendizagens significativas, pois até a concentração, tão necessária ao ato de aprender, é dificultada.

Estes desafios vão de encontro a problemas que são estruturais do sistema carcerário no Brasil, onde muitas vezes prevalece situações de superlotação e falta de acesso a itens básicos. Nesse contexto, a educação encontra dificuldade para se concretizar como uma ação verdadeiramente transformadora. O ensino de Geografia pode comparecer como um instrumento de formação social e cidadã na educação prisional, mas para isto precisa também de estrutura para se efetivar, a exemplo de matérias didáticos e recursos que levem em conta a realidade em questão.

Apesar destes desafios, é importante salientar que a prática docente no contexto da educação prisional pode se fortalecer e se organizar a partir de metodologias e estratégias que envolvam os sujeitos no processo de ensino-aprendizagem. Através destas ações docentes é possível desenvolver vias em prol de uma educação prisional baseada em um processo educativo mais significativo. Neste processo, o ensino de Geografia pode ser importante para ajudar na formação cidadã dos sujeitos e conseqüentemente auxiliar no processo de ressocialização. A Geografia é um campo de conhecimento que articula muitas questões da sociedade e de sua organização histórica no espaço, tendo-se a partir deste componente a oportunidade de refletir sobre desigualdades sociais, pobreza, mercado de trabalho, entre outras questões que tornam-se válidas na construção de visões de mundo mais amplas e cidadãs.

Para isso é preciso pensar um contexto melhor para a educação prisional, com um currículo que leve em conta a contextualização do processo de ensino-aprendizagem e com investimentos em recursos materiais e infraestrutura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos refletir acerca do ensino de Geografia e da prática docente configurada na EJA na educação prisional. Por meio deste estudo percebe-se o quanto a educação no contexto prisional precisa avançar para que se torne mais inclusiva e se torne de fato uma via importante para o processo de ressocialização.

A educação prisional, mas do que um dever do Estado a ser apenas ofertado, deve se ofertada com qualidade pois só assim poderá ser efetiva na formação cidadã dos apenados. Com a pandemia da Covid-19, a educação prisional também foi afetada, pois o contato com os professores tornou-se mais limitado e baseado principalmente nas atividades e materiais impressos.

No cenário adverso em questão, é importante que no âmbito da prática docente sejam adotadas estratégias que possam obter um desdobramento positivo na formação dos sujeitos. Contudo, isso não exige a necessidade de buscar melhorias estruturais no sistema prisional e específicas na educação prisional, pois deve-se levar em conta também estas ações estruturais para não responsabilizarmos apenas o professor por transformações que não cabem somente a ele.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M. de; CASAGRANDE, L. R; GOMES, W. A. Ensino de Geografia: o teórico e a prática na formação do professor. In: **12º Encontro de geógrafos da América Latina (EGAL)**, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Educação em Prisões**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17460-educacao-em-prisoos-novo> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

CACIDEDO, P. Desafios para a educação nas prisões na era do grande encarceramento. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, s/v, n. 4, p. 122-138, 2016.

COPATTI, C. O ensino da Geografia na contemporaneidade e a prática docente para o despertar da criatividade. In: VI Congresso Internacional de Educação, Santa Maria-RS, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows10/Downloads/COPATTI.%20Pr%E2%88%9A%C2%B0tica%20de%20ensino%20e%20o%20despertar%20da%20criatividade.%202014%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows10/Downloads/COPATTI.%20Pr%E2%88%9A%C2%B0tica%20de%20ensino%20e%20o%20despertar%20da%20criatividade.%202014%20(1).pdf) Acesso em: 12 de jul. de 2021.

DI PIERRO, M. C; JOIA, O; RIBEIRO, V. M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, n. 55, p. 58-77, 2001.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=oB5x2SChpSEC&oi=fnd&pg=PA6&dq=Metodologia+da+pesquisa+cient%C3%ADfica.+Fortaleza:+UEC,+2002+fonseca&ots=ORQ_Yt8oj_&sig=iHTE9QzDESOpDVs0wNgjYdRwxO8#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 22 de junho 2021.

FRANCO, M. A. do R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. bras. Estud. pedagog**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, 2016.

IRELAND, T. D. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. **Em Aberto**. Brasília, v. 24, n. 86, p. 19-39, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **IBGE Cidades- São João do Cariri-PB**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-joao-do-cariri/panorama> Acesso em: 23 de ago. de 2021.

KEMMIS, S.; MCTAGGART, R. Como planificar la investigación-acción. Barcelona: Editorial Alertes, 1988.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.80p.

MONTEIRO, et al. Uso do geoprocessamento na avaliação do comportamento da vegetação da caatinga. In: CONIDIS, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conidis/2017/TRABALHO_EV074_M D1_SA4_ID159_02102017134744.pdf Acesso em: 15 de jun. de 2021.

OLIVEIRA, M. O. de M. Políticas públicas e educação de jovens e adultos. In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M., (Orgs.). **Memória e formação de professores**. [online]. Salvador: EDUFBA, 2007, 241-256. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-15.pdf>. Acesso em: 09 Ago. 2021.

OLIVEIRA, C. B. F. de. A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 39, n. 4, p. 955-967, 2013.

PARAÍBA. **Plano Estadual de Educação nas Prisões (2015)**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/arquivos/plano-estadual-de-educacao-nas-prisoos-paraiba-2015.pdf> Acesso em: 23 de ago. de 2021.

PARAÍBA. **Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba (2021)**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/consultas/diretrizes-operacionais-1> Acesso em: 12 de ago. de 2021.

PIMENTA, S. G; Lima, M. S. Estágio e docência: diferentes concepções. Revista Poíesis Pedagógica, v. 3. n. 4, p. 5-24, 2006.

SAMPAIO, M. N. Educação de Jovens e Adultos: uma história de complexidade e tensões. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, v. 5, n. 7, p. 13-27, 2009.

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DA PARAÍBA. Dados estatísticos/2021. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-administracao-penitenciaria> Acesso em: 12 de out. de 2021.

STRAFORINI, R. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR**. Campinas, n.38, p. 49-59, 2010.

XAVIER, A. R; LAURINDO, W. S; FIALHO, L. M. F. Legislação educacional para cárcere. **Cadernos de Educação**, n. 60, p. 75-97, 2018.

APÊNDICE A- ATIVIDADE TRABALHADA



ECI JORNALISTA JOSE LEAL RAMOS /-SAO JOA DO CARIRI-PB
 DICIPLINA- GEOGRAFIA+HITORIA +SOCIOLOGIA E FILOSOFIA:
 PROFa. VANUSA RAMOS / EJA- ciclo IV, V e VI – UP



Uma pesquisa realizada pela Coordenação Estadual de Saúde Mental da Secretaria da Saúde (SES) apontou aumento da busca por atendimento em saúde mental nos postos de saúde e nos serviços da atenção especializada desde o início da pandemia de coronavírus. A pesquisa foi respondida por gestores de 402 municípios gaúchos.

Entre os principais sintomas de saúde mental que estão fazendo as pessoas procurarem mais os serviços de saúde estão ansiedade, nervosismo ou tensão, perturbação de sono e uso abusivo de álcool ou medicamentos e outras drogas.

Cuidados com saúde mental

.Veja algumas dicas da SES e da organização Mundial da Saúde (OMS) para manter a mente saudável durante o isolamento social:

.Procure manter as rotinas de sono, faça exercícios físicos e tenha uma alimentação saudável.

.Evite o uso de tabaco, álcool e outras drogas.

. Mantenha o contato virtual com familiares e amigos frequentemente.

.Esteja alerta aos sinais de estresse e raiva nas crianças e idosos que estão sob nossa tutela.

Explicar a essas pessoas a importância de se proteger e tentar acalmá-los.

atividade

1. Destaque os principais sintomas de saúde mental que estão atingindo as pessoas neste período de isolamento social.
2. Cite alguns cuidados que devemos ter para manter a mente saudável durante o isolamento social.
3. Em sua opinião, quais danos psicológicos esse confinamento provocado pelo coronavírus está causando na população?
4. Esse isolamento social provocado pelo novo coronavírus está levando as pessoas ao uso abusivo de álcool ou medicamentos e outras drogas. Como lidar com vícios nesse período de quarentena?

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me dar essa oportunidade de chegar até aqui, diante de muito obstáculo vivenciado, e por esta me expressando na construção desse trabalho diante de muitos desafios.

A mim mesma, em meio às dificuldades busquei motivações e forças para enfrentar.

A meus filhos Gabrielle Ramos, Gian Ramos e Gabriel Ramos.

A minha família, que tanto admiro, dedico o resultado do esforço realizado ao longo deste percurso.

Ao meu esposo Carlos Alberto Lima, que esteve ao meu lado me apoiando com sabedoria e paciência.

A prezada Professora e Orientadora Maria Marta dos Santos Buriti pela dedicação, compreensão e amizade durante o período deste trabalho.

Ao professor e tutor Valmir Sebastião assim como toda a coordenação do curso. A minha colega de curso Marly de Souza e aos colegas que no decorrer deste período estávamos sempre em sintonia a construir novos conhecimentos.